

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

**II CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS
E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DO QUADRO DE PESSOAL**

EDITAL Nº 02/2026 - DE RETIFICAÇÃO

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul na Edição de 18/12/2025, resolve **RETIFICAR** os itens que seguem:

LEIA-SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:

Capítulo 8. DAS PROVAS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS/ESPECIALIDADES

8.1 O Concurso constará das seguintes provas:

CÓDIGO DE OPÇÃO	CARGOS/ÁREAS/ESPECIALIDADES	PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PESO	DURAÇÃO DAS PROVAS	CARÁTER
01	Analista Legislativo – Administrador	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
02	Analista Legislativo – Área Administrativa	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
03	Analista Legislativo – Arquiteto	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
04	Analista Legislativo – Arquivista	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
05	Analista Legislativo – Assistente Social	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
06	Analista Legislativo – Biblioteconomista	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
07	Analista Legislativo – Cerimonialista	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
08	Analista Legislativo – Contador	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
09	Analista Legislativo – Controle Interno	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		

CÓDIGO DE OPÇÃO	CARGOS/ÁREAS/ESPECIALIDADES	PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PESO	DURAÇÃO DAS PROVAS	CARÁTER
10	Analista Legislativo – <i>Design</i> Gráfico	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
11	Analista Legislativo – Enfermeiro	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
12	Analista Legislativo – Engenheiro Civil	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
13	Analista Legislativo – Engenheiro Eletrônico e de Telecomunicações	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
14	Analista Legislativo – Engenheiro Mecânico	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
15	Analista Legislativo – Jornalista	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
16	Analista Legislativo – Jurídico	Conhecimentos Gerais	20	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	60	4		
17	Analista Legislativo – Museólogo	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
18	Analista Legislativo – Nutricionista	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
19	Analista Legislativo – Pedagogo	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
20	Analista Legislativo – Psicólogo	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
21	Analista Legislativo – Publicitário	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
22	Analista Legislativo – Rádio e TV	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
23	Analista Legislativo – Revisor/Redator	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
24	Analista Legislativo – Tecnologia e Informação	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		

CÓDIGO DE OPÇÃO	CARGOS/ÁREAS/ESPECIALIDADES	PROVAS	Nº DE QUESTÕES	PESO	DURAÇÃO DAS PROVAS	CARÁTER
25	Técnico Legislativo – Área Administrativa	Conhecimentos Gerais	20	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	60	4		
26	Técnico Legislativo – Audiovisual	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
27	Técnico Legislativo – Fotografia	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
28	Técnico Legislativo – Informática	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
29	Técnico Legislativo – Motorista	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
30	Técnico Legislativo – Operação de Áudio	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
31	Técnico Legislativo – Polícia Legislativa	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
		Prova Prática - TAF	---	---	---	Habilitatório
32	Técnico Legislativo – Refrigeração e Climatização	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
33	Técnico Legislativo – Tradução de Libras	Conhecimentos Gerais	40	1	4 horas	Habilitatório e Classificatório
		Conhecimentos Específicos	40	2		
		Prova Prática de LIBRAS	---	---	---	

- 8.2 As Provas Objetivas de: Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, de caráter eliminatório e classificatório, constarão de questões objetivas de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma e apenas uma correta, e versarão sobre os conteúdos programáticos constantes do Anexo V deste Edital. As questões avaliarão as capacidades de compreensão, aplicabilidade dos conhecimentos, análise e síntese, privilegiando a reflexão e o raciocínio.
- 8.3 A Prova Prática para o cargo de Técnico Legislativo – Polícia Legislativa, de caráter exclusivamente habilitatório, ocorrerá em conformidade com o Capítulo 11, deste Edital, e com Edital específico a ser publicado à época da realização da prova.
- 8.4 A Prova Prática para o cargo de Técnico Legislativo – Tradução de Libras, de caráter exclusivamente habilitatório, ocorrerá em conformidade com o Capítulo 12, deste Edital, e com Edital específico a ser publicado à época da realização da prova.
- 8.5 Todas as provas versarão sobre o conteúdo programático correspondente ao cargo, constantes no Anexo V deste edital.

10. DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

- 10.1 As Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos serão estatisticamente avaliadas, de acordo com o desempenho do grupo a elas submetido.
- 10.2 Considera-se grupo, neste concurso, o total de candidatos presentes a cada uma das provas do respectivo Cargo/Área/Especialidade.
- 10.3 Na avaliação de cada prova será utilizado o escore padronizado, com média igual a 50 (cinquenta) e desvio padrão igual a 10 (dez).
- 10.4 Essa padronização das notas de cada prova tem por finalidade avaliar o desempenho do candidato em relação aos demais, permitindo que a posição relativa de cada candidato reflita sua classificação em cada prova. Na avaliação das provas do concurso:
- a) é contado o total de acertos de cada candidato em cada prova;
 - b) são calculadas a média e o desvio padrão dos acertos de todos os candidatos em cada prova e **caso o desvio padrão seja zero será considerado valor 1 para o cálculo da nota padronizada (NP)**;
 - c) é transformado o total de acertos de cada candidato em nota padronizada (NP); para isso calcula-se a diferença entre o total de acertos do candidato na prova (A) e a média de acertos do grupo da prova (\bar{X}) divide-se essa diferença pelo desvio padrão (σ) do grupo da prova, multiplica-se o resultado por 10 (dez) e soma-se 50 (cinquenta), de acordo com a fórmula:

$$NP = \left\{ \left[\left(\frac{A - \bar{X}}{\sigma} \right) \times 10 \right] + 50 \right\}$$

Onde:

NP = Nota Padronizada.

A = Total de acertos do candidato na prova.

\bar{X} = Média de acertos do grupo na prova.

σ = Desvio padrão.

- d) é multiplicada a nota padronizada do candidato em cada prova pelo respectivo peso;
 - e) são somadas as notas padronizadas (já multiplicadas pelos pesos respectivos) de cada prova, obtendo-se, assim, a nota da prova objetiva de cada candidato.
- 10.5 Para os cargos 16 – Analista Legislativo – **Jurídico** e 25 – Técnico Legislativo – Área **Administrativa**, as Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos serão de caráter habilitatório e classificatório, **considerando-se habilitado o candidato que:**
- a) tenha obtido o total de pontos, no somatório das notas padronizadas das Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, **igual ou superior a 300 (trezentos)**, nota mínima estabelecida para esses cargos neste Concurso.
- 10.6 Para os demais cargos, as Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos serão de caráter habilitatório e classificatório, **considerando-se habilitado o candidato que:**
- a) tenha obtido o total de pontos, no somatório das notas padronizadas das Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, **igual ou superior a 180 (cento e oitenta)**, nota mínima estabelecida para esses cargos neste Concurso.

- 10.7 Os candidatos que alcançarem a nota mínima para aprovação, ainda que não classificados dentro do quantitativo de vagas disponibilizadas, não serão eliminados do concurso.
- 10.8 Da divulgação dos resultados constarão apenas os candidatos classificados.

11. DA PROVA PRÁTICA – TESTE DE APTIDÃO FÍSICA PARA O CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO – POLÍCIA LEGISLATIVA

- 11.1 Para o cargo **31 - Técnico Legislativo – Polícia Legislativa**, a **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, de caráter eliminatório, será realizada na cidade de **Campo Grande/MS**. A data, horário e local serão posteriormente divulgadas por meio de Edital de Convocação específico.
- 11.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de avisos, comunicados e demais publicações referentes a este concurso público até a homologação no site da Fundação Carlos Chagas.
- 11.3 A comunicação feita por e-mail é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar no site da Fundação Carlos Chagas a publicação do Edital de Convocação para Provas.
- 11.4 Para fins de convocação para a **Prova Prática - Teste de Aptidão Física (TAF)** será utilizada a soma das notas ponderadas das Provas Objetivas (de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos), conforme critérios estabelecidos no Capítulo 10 deste Edital.
- 11.5 Para a **Prova Prática de Teste de Aptidão Física – TAF**, serão convocados todos os candidatos habilitados nas Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, conforme disposto no Capítulo 10 deste Edital.
- 11.6 Para a realização da **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, os candidatos inscritos como deficientes deverão observar o item 4.19.6 do Capítulo 4 deste Edital.
- 11.7 Os candidatos convocados para a **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)** deverão:
- a) apresentar-se com roupa apropriada para ginástica e calçando tênis;
 - b) estar munidos de **Atestado Médico**, emitidos com no máximo 30 (trinta) dias de antecedência à data da prova (inclusive), que certifique, especificamente, que o candidato foi avaliado e está **apto para realizar esforço físico**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
 - c) O **Atestado Médico**, conforme modelo disposto no **Anexo IV** deste Edital, deverá conter assinatura, carimbo e o número do CRM do médico responsável, e ser entregue no momento da identificação do candidato, antes do início da **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**. Será aceito também atestado médico eletrônico (com QR code), desde que impresso e, de acordo com as normas editalícias deste Edital. Em hipótese alguma será aceita a entrega de **Atestado Médico** em outro momento que não o descrito neste item. O candidato que não apresentar o **Atestado Médico** não realizará a **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, em hipótese alguma, sendo, consequentemente, eliminado do concurso público.
 - d) O candidato que se apresentar com **Atestado Médico** em desconformidade com o que estabelece esse Edital não será admitido à realização da Prova. O candidato é responsável por providenciar o **Atestado Médico** em conformidade com este Edital.
- 11.8 O candidato que não atender às condições estabelecidas no item 11.7 e subitens não poderá realizar a **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, sendo, consequentemente, eliminado do concurso público.
- 11.9 Não será permitida a utilização de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, *notebook*, *tablets*, *smartphones* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido.

- 11.10 A **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, poderá ser gravada em vídeo, exclusivamente pela FCC. É vedada a gravação por quaisquer outros meios e por pessoas não autorizadas pela FCC para tal fim. Não será fornecida, em hipótese alguma, cópia e/ou transcrição da gravação.
- 11.11 No local de provas, será admitida somente a entrada de candidatos convocados, nos seus respectivos horários, vedada a entrada e presença de estranhos ao concurso público, seja qual for o motivo alegado.
- 11.12 Não haverá repetição na execução do teste, exceto nos casos em que a ocorrência de fatores de ordem técnica, não provocados pelo candidato, tenha prejudicado o seu desempenho, a critério da Banca Examinadora.
- 11.13 O aquecimento prévio e a preparação para a prova são de responsabilidade do próprio candidato, não podendo interferir no andamento do concurso público.
- 11.14 Se, por razões decorrentes das condições climáticas, a **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, for cancelada ou interrompida, a prova será adiada, a critério da Banca Examinadora, para nova data a ser divulgada, devendo o candidato realizar o teste desde o início, desprezando-se o resultado até então obtido.
- 11.15 A **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, consistirá de 3 (três) testes, a saber:

A) Teste abdominal (Masculino e Feminino);

B) Teste de flexão dos cotovelos em apoio no solo (Masculino e Feminino);

C) Teste de corrida de 12 minutos (Masculino e Feminino).

- 11.16 Descrição dos testes que compõem a Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF):

A) Teste abdominal (Masculino e Feminino)

Esta prova consiste em teste abdominal no tempo de 1 minuto.

O fiscal fará uma demonstração da execução correta do teste.

O Examinador da prova controlará o tempo oficial, sendo o único que servirá de referência para início e término do teste.

O fiscal contará em voz alta as repetições executadas corretamente pelo candidato. Só será contada a execução realizada corretamente.

Condições de execução:

Posição Inicial: O candidato deverá estar em decúbito dorsal (deitado de costas para o solo) com os dedos das mãos tocando as têmporas, joelhos e cotovelos flexionados, sendo suportado nos tornozelos por uma pessoa.

Execução: Ao sinal:

- O candidato deverá contrair o abdômen, tocando o cotovelo direito no joelho direito e o cotovelo esquerdo no joelho esquerdo, simultaneamente, retornando.

A execução do teste deverá ser ininterrupta.

Os fiscais da prova anotarão o número de abdominais executados corretamente, dentro do tempo de 1 (um) minuto, pelos candidatos.

O mínimo habilitatório (1 minuto) para esta prova encontra-se no quadro a seguir:

NÚMERO DE REPETIÇÕES (em 1 minuto)	
MASCULINO	FEMININO
35	30

B) Teste de flexão dos cotovelos em apoio no solo (Masculino)

Esta prova consiste em teste de flexão dos cotovelos em apoio no solo no tempo de 1 minuto.

O fiscal fará uma demonstração da execução correta do teste.

O Examinador da prova controlará o tempo oficial, sendo o único que servirá de referência para início e término do teste.

O fiscal contará em voz alta as repetições executadas corretamente pelo candidato. Só será contada a execução realizada corretamente.

Condições de execução:

Posição inicial: O candidato deve estar com ambas as mãos apoiadas no solo, dedos voltados para frente, braços paralelos e estendidos, cabeça alinhada com o tronco e com as pernas.

Execução: Ao sinal:

- O candidato deverá flexionar os cotovelos, tocando o peito em anteparo a 8 cm do solo. Em seguida, deverá estender os cotovelos, retornando à posição inicial.

É permitido ao candidato parar na posição inicial.

Os fiscais da prova anotarão o número de abdominais executados corretamente, dentro do tempo de 1 (um) minuto, pelos candidatos.

O mínimo habilitatório (1 minuto) para esta prova encontra-se no quadro a seguir:

NÚMERO DE REPETIÇÕES (em 1 minuto)
MASCULINO
18

B.1) Teste de flexão dos cotovelos em apoio no solo (Feminino)

Esta prova consiste em teste de flexão dos cotovelos em apoio no solo no tempo de 1 minuto.

O fiscal fará uma demonstração da execução correta do teste.

O Examinador da prova controlará o tempo oficial, sendo o único que servirá de referência para início e término do teste.

O fiscal contará em voz alta as repetições executadas corretamente pelo candidato. Só será contada a execução realizada corretamente.

Condições de execução:

Posição inicial: A candidata deverá deitar em decúbito ventral (de barriga para o chão), com o corpo estendido e as pernas unidas. Flexionar os joelhos em ângulo reto e colocar as mãos no chão, ao nível dos ombros. Erguer o corpo até os braços ficarem estendidos e o corpo suportado, completamente, pelas mãos e pelos joelhos. O corpo deve formar uma linha reta da cabeça aos joelhos; não curvar os quadris e as costas.

Execução: Ao sinal:

- A candidata deverá flexionar os cotovelos, tocando o peito em anteparo a 8 cm do solo. Em seguida, deverá estender os cotovelos, retornando à posição inicial.

É permitido à candidata parar na posição inicial.

Os fiscais da prova anotarão o número de abdominais executados corretamente, dentro do tempo de 1 (um) minuto, pelas candidatas.

O mínimo habilitatório (1 minuto) para esta prova encontra-se no quadro a seguir:

NÚMERO DE REPETIÇÕES (em 1 minuto)
FEMININO
10

C) Teste de corrida de 12 minutos (Masculino e Feminino)

Esta prova consiste em corrida de 12 minutos, em pista aferida, marcada de 50 em 50 metros. O comando para iniciar a prova será dado por um sinal sonoro.

O Examinador da prova controlará o tempo oficial, sendo o único que servirá de referência para início e término do teste.

Os fiscais da prova anotarão o número de voltas/metros percorridas pelos (as) candidatos (as), dentro do tempo de 12 (doze) minutos.

Condições de execução:

Posição Inicial: O candidato deverá posicionar-se à linha de largada.

Execução: Após dada a largada, o candidato deverá correr e, se quiser, caminhar e recomeçar a correr, não podendo, no entanto, abandonar o local do teste.

Ao ouvir o sinal de encerramento da prova, o candidato deverá parar e aguardar a presença do fiscal para aferir a metragem percorrida, podendo, se preferir, caminhar no sentido transversal da pista.

O mínimo habilitatório (em 12 minutos) para esta prova encontra-se no quadro a seguir:

CORRIDA EM 12 MINUTOS	
DISTÂNCIA (EM METROS)	
MASCULINO	FEMININO
2.400	2.000

- 11.17 O candidato que não atingir o mínimo estabelecido na realização de qualquer um dos testes que compõem a **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, conforme parâmetros constantes neste Capítulo do Edital, estará impedido de realizar o(s) teste(s) subsequente(s) e, conseqüentemente, será eliminado do concurso público.
- 11.18 O tempo cronometrado pela Banca Examinadora será o tempo oficial da prova executada.
- 11.19 Ao terminar a prova, o candidato deverá, imediatamente, retirar-se do local de realização da prova.
- 11.20 Será considerado não habilitado na **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)** e, conseqüentemente, eliminado do concurso público, nesta etapa, o candidato que:
- deixar de comparecer ao local, na data e horário estabelecido para a aplicação da **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**;
 - não apresentar o **Atestado Médico**, conforme item 11.7 e subitens do presente Capítulo e, de acordo, com o modelo constante no **Anexo IV** deste Edital;
 - não realizar qualquer um dos testes previstos;
 - não obtiver a marca mínima estipulada para cada teste.
- 11.21 O resultado da **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, terá por base a avaliação efetuada segundo os parâmetros definidos neste Capítulo.
- 11.22 A **Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF)**, terá caráter eliminatório, não influenciando na ordem de classificação dos candidatos, e o resultado será expresso pelo conceito APTO (atingiu os parâmetros definidos neste capítulo) ou INAPTO (não atingiu os parâmetros definidos neste capítulo).
- 11.23 O candidato INAPTO será excluído do concurso público.
- 11.24 Da divulgação dos resultados constarão apenas os candidatos **APTOS**.

12. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE TÉCNICO LEGISLATIVO – TRADUÇÃO DE LIBRAS

- 12.1 Para o cargo **33 - Técnico Legislativo – Tradução de Libras**, a Prova Prática de LIBRAS será realizada na cidade de **Campo Grande/MS**, em data, horário e local a serem posteriormente divulgados por meio de Edital de Convocação Específico.
- 12.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de avisos, comunicados e demais publicações referentes a este concurso público até a homologação no site da Fundação Carlos Chagas.
- 12.3 A comunicação feita por e-mail é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar no site da Fundação Carlos Chagas a publicação do Edital de Convocação para Provas.
- 12.4 Para fins de convocação para a **Prova Prática de LIBRAS** será utilizada a soma das notas ponderadas das Provas Objetivas (de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos), conforme critérios estabelecidos no Capítulo 10 deste Edital.

- 12.5 **Para a Prova Prática de LIBRAS**, serão convocados todos os candidatos habilitados nas Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, conforme disposto no Capítulo 10 deste Edital.
- 12.6 A Prova Prática de LIBRAS destina-se a avaliar a proficiência dos candidatos atinente às respectivas atribuições dos cargos.
- 12.7 Não será permitida a utilização de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, *notebook*, *tablets*, *smartphones* ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido, particulares dos candidatos.
- 12.8 A Prova Prática de LIBRAS poderá ser gravada em vídeo, exclusivamente pela Fundação Carlos Chagas. É vedada a gravação por quaisquer outros meios/pessoas não autorizados pela FCC para tal fim.
- 12.9 O candidato terá acesso à gravação de sua prova prática de LIBRAS para fins de interposição de recurso, conforme Capítulo 12 deste edital.
- 12.10 No local de Provas, será admitida somente a entrada de candidatos convocados, nos seus respectivos horários, vedada a entrada e presença de estranhos ao concurso público, seja qual for o motivo alegado.
- 12.11 A Prova Prática de LIBRAS será composta de três tarefas consecutivas:
- I. Resposta, em Língua Portuguesa, a partir de vídeo em Libras – com base na exibição, em computador/*notebook*, de vídeo em Libras, o candidato responderá a perguntas por escrito em Língua Portuguesa. Esta tarefa valerá **40,00 (quarenta) pontos**;
 - II. Interpretação em Libras a partir de texto escrito em Língua Portuguesa – o candidato deverá responder em Libras ao questionamento proposto por escrito em Língua Portuguesa. Esta tarefa será filmada e valerá **30,00 (trinta) pontos**; e
 - III. Interpretação Simultânea em Libras – o candidato deverá interpretar, simultânea e consecutivamente em Libras, um vídeo com som e legendas. Esta tarefa será filmada e valerá **30,00 (trinta) pontos**.
- 12.12 A Prova Prática de LIBRAS consistirá em avaliação a partir de dinâmica envolvendo a Banca Examinadora – professor avaliador e surdocego – e o candidato, compondo-se de três tarefas, que poderão ser filmadas:
- I. Exibição de vídeo cujo conteúdo o candidato deverá interpretar e descrever para pessoa com surdocegueira. Esta tarefa valerá **40,00 (quarenta) pontos**;
 - II. O candidato deverá descrever e oferecer a uma pessoa com surdocegueira objetos previamente determinados. Esta tarefa valerá **30,00 (trinta) pontos**; e
 - III. O candidato deverá comunicar-se com uma pessoa com surdocegueira a partir de orientação da Banca. Esta tarefa valerá **30,00 (trinta) pontos**.
- 12.13 A Prova Prática de LIBRAS, de caráter eliminatório e classificatório, será avaliada na escala de 0 (zero) a 100,00 (cem), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta)**.
- 12.14 Será considerado não habilitado na Etapa II - Prova Prática de LIBRAS e, conseqüentemente, eliminado do Concurso Público, nesta etapa, o candidato que:
- a) deixar de comparecer ao local, data e horário previstos para a aplicação da Prova Prática de LIBRAS;
 - b) não realizar qualquer uma das tarefas práticas propostas;
 - c) não obtiver pontuação mínima suficiente, conforme item 12.10.

- 12.15 Na Prova Prática de LIBRAS, a grade de correção/máscara de critérios contendo a abordagem e requisitos de respostas definidos pela Banca Examinadora e a pontuação obtida pelo candidato serão divulgados por ocasião da Vista da Prova Prática de LIBRAS.
- 12.16 Não haverá repetição da Prova Prática de LIBRAS, exceto nos casos em que a ocorrência de fatores de ordem técnica (tais como: queda de energia elétrica, falhas que provoquem a interrupção do funcionamento dos equipamentos/ferramentais, dentre outros fatores de ordem similar e da mesma magnitude), não provocados pelo candidato, tenham prejudicado o andamento da aplicação da Prova Prática de LIBRAS, a critério da Banca Examinadora.
- 12.17 Ao terminar a prova o candidato deverá, imediatamente, retirar-se do local de realização da prova.
- 12.18 Demais informações da Prova Prática de LIBRAS, referentes aos critérios de correção e pontuação de cada quesito constarão do Edital de Convocação Específico.
- 12.19 Da divulgação dos resultados constarão apenas os candidatos habilitados.

13. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

- 13.1 Para todos os cargos de **Analista** e **Técnico Legislativo** serão considerados aprovados somente os candidatos habilitados nas Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos, conforme Capítulo 10, e na Prova Prática, quando o cargo exigir, conforme Capítulos 11 e 12, respeitados os empates na última posição de classificação.
- 13.2 Para todos os cargos de **Analista Legislativo**, a nota final do candidato habilitado corresponderá à soma das notas ponderadas das **Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos**.
- 13.3 Para os cargos 25 – **Técnico Legislativo – Administrativa**, 26 – **Técnico Legislativo – Audiovisual**, 27 – **Técnico Legislativo – Fotografia**, 28 – **Técnico Legislativo – Informática**, 29 – **Técnico Legislativo – Motorista**, 30 – **Técnico Legislativo – Operação de Áudio** e 32 – **Técnico Legislativo – Refrigeração e Climatização**, a nota final do candidato habilitado corresponderá à soma das notas ponderadas das **Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos** de acordo com o Capítulo 10 deste Edital.
- 13.4 Para o cargo **31 – Técnico Legislativo – Polícia Legislativa**, a nota final de aprovação no concurso corresponderá à soma das notas ponderadas **Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos**, de acordo com o Capítulo 10 deste Edital. Além disso, o candidato deverá ter sido considerado APTO na Prova Prática – Teste de Aptidão Física (TAF), conforme Capítulo 11 deste Edital.
- 13.5 Para o cargo **33 - Técnico Legislativo – Tradução de Libras**, a nota final de aprovação no concurso corresponderá à soma das notas ponderadas **Provas Objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimentos Específicos**, mais a nota obtida na **Prova Prática**, conforme Capítulo 12.
- 13.6 Para todos os Cargos/Áreas/Especialidades, na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência, para fins de desempate, após a observância do disposto no artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), considerada para esse fim, data limite de correção dos dados cadastrais estabelecida no item 9.6 do Capítulo 9 deste Edital.
- 13.6.1 Para fins de processamento de resultados, a correção quanto ao critério de desempate somente será considerada quando realizada até o 3º (terceiro) dia útil após a aplicação das provas, conforme item 9.6 do Capítulo 9 deste Edital.
- 13.6.2 E, sucessivamente, o candidato que tiver:
- 13.6.3 obtido maior nota na Prova Objetiva de **Conhecimentos Específicos**;
- 13.6.4 obtido maior número de acertos na disciplina de **Língua Portuguesa** na Prova Objetiva de **Conhecimentos Gerais**;

- 13.6.5 maior idade, considerando dia, mês e ano;
- 13.6.6 exercido efetivamente função de jurado, nos termos do artigo 440 do Código de Processo Penal, no período compreendido entre a data de entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008 e a data de término das inscrições para este concurso público.
- 13.7 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação por Cargo/Área/Especialidade.
- 13.8 A publicação do resultado final do concurso será divulgada por meio de listas, a saber:
- a) **lista de ampla concorrência** contendo todos os candidatos aprovados (por Cargo/Área/Especialidade), inclusive os candidatos com deficiência, negros e/ou indígenas, caso tenham obtido pontuação/classificação, na forma do Capítulo 10 e conforme limite estabelecido no referido Capítulo;
 - b) lista contendo exclusivamente a classificação (por Cargo/Área/Especialidade) dos candidatos aprovados, reconhecidos como **candidatos com deficiência**;
 - c) lista contendo exclusivamente a classificação (por Cargo/Área/Especialidade) dos candidatos aprovados reconhecidos como **negros**.
 - d) lista contendo exclusivamente a classificação (por Cargo/Área/Especialidade) dos candidatos aprovados reconhecidos como **indígenas**.
- 13.9 Os candidatos aprovados serão convocados obedecendo à ordem classificatória por Cargo/Área/Especialidade.

ANEXO V CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

26 - Técnico Legislativo - Audiovisual

Edição de Vídeo e Pós-Produção: Fundamentos da Edição Não-Linear: *workflow*, organização de projeto (*bins*) e cronograma (*timeline*). **Ferramentas de Edição:** cortes, transições, *trimming*, sincronização de áudio/vídeo e edição multicâmera. Ritmo e Narrativa: montagem de continuidade, *raccord*, elipses e construção narrativa para peças institucionais e jornalísticas. **Tratamento de Imagem:** Correção de Cor Primária e Secundária (*Color Correction* e *Color Grading*), uso de escopos (*Waveform*, *Vectorscopic*) e LUTs. **Motion Graphics e Efeitos Visuais para vinhetas e chamadas:** Conceitos de Composição Digital. **Criação de Vinhetas e GC:** animação de textos (*lower thirds*), logotipos e elementos gráficos (*Adobe After Effects*). **Keyframes** e curvas de animação. **Chroma Key:** recorte e aplicação de fundo. Integração entre *softwares* de edição e efeitos. **Áudio e Sonoplastia para Spots e Nivelamento:** Conceitos de Áudio Digital: frequência (*sample rate*) e profundidade de bits. **Sonoplastia e Mixagem:** limpeza de ruídos, equalização (EQ), compressão e nivelamento de volume (Padrões de *Loudness* para TV e Web). Edição de trilhas e *spots* (*Adobe Audition*). Uso de microfones e captação de som direto. **Formatos, Arquivamento e Tecnologia: Formatos e Codecs:** Diferença entre container (MP4, MOV, MXF) e codec (H.264, H.265/HEVC, ProRes). Transcodificação e conversão de mídias. Matrizagem e exportação: configurações de *bitrate* para TV e para Redes Sociais (Instagram, YouTube, TikTok). **Gestão de Arquivos:** Backup, DIT (*Digital Imaging Technician*), organização de acervo digital e metadados. **Operação de Estúdio e Linguagem:** Linguagem Audiovisual: planos, enquadramentos e movimentos de câmera. Operação de Câmera em estúdio. Iluminação básica: temperatura de cor e esquemas de luz. Acessibilidade Audiovisual: legendagem (*Closed Caption*) e janelas de LIBRAS. Norma complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Lei nº 15.263/2025 (Política Nacional de Linguagem Simples). Constituição Federal de 1988 (Da Comunicação).

31 - Técnico Legislativo - Polícia Legislativa

Segurança de Dignitários: Técnicas, táticas, planejamento, operacionalização; comportamento e atuação do agente de segurança, objeto e *modus operandi*. Análise de Riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico; aplicação de métodos.

Planejamento de contingências: necessidade; planejamento; componentes do planejamento; manejo de emergência; gerenciamento de crises; procedimentos emergenciais. Noções de Planejamento de Segurança: Conceito, princípios, níveis, metodologia, modularidade e faseamento, fases do planejamento; Medidas e ramos da atividade de segurança; segurança corporativa estratégica: segurança da gestão das áreas e instalações. Segurança Física. Controles de Acesso. Identificação, emprego e utilização de equipamentos eletrônicos de segurança: sensores, sistemas de alarme, biometria, CFTV (circuito fechado de televisão) e monitoramento. Decreto-Lei nº 2.848/1940 com redação dada pela Lei nº 7.209/1984 e suas alterações (Código Penal Brasileiro).

Gestão de conflitos, segurança e operações policiais legislativas: Gestão e negociação de conflitos: conceitos, etapas, técnicas e habilidades aplicadas ao ambiente legislativo. Tomada de decisão em situações críticas. Classificação de riscos, análise de ameaças e planejamento de respostas. Uso progressivo da força. Planejamento de segurança institucional: princípios, níveis, metodologia e fases. Segurança corporativa e patrimonial das instalações legislativas. Segurança de dignitários: técnicas, táticas e procedimentos. Análise de riscos aplicada e planejamento de contingências. Gerenciamento de crises e procedimentos emergenciais.

Noções de primeiros socorros no trânsito: Direção ofensiva. Direção defensiva. Direção evasiva. Defesa pessoal (Lei nº 13.060/2014). Normas de trânsito. Prevenção e combate a incêndios (NR-23).

Direito penal e processual penal (aplicado à atividade do policial legislativo): Princípios do Direito Penal e disposições constitucionais aplicáveis à atividade policial legislativa. Lei penal: fontes, classificação, interpretação e aplicação no tempo e no espaço. Imunidades parlamentares materiais e formais. Teoria geral do crime, com ênfase na atuação funcional: tipicidade, dolo e culpa, erro, consumação e tentativa. Concurso de pessoas e de crimes. Sanção penal e extinção da punibilidade. Crimes de maior incidência na atividade institucional: crimes contra a pessoa, o patrimônio, a dignidade sexual, a paz pública, a fé pública e a Administração Pública. Princípios e garantias processuais penais. Sistemas processuais. Aplicação da lei processual penal. Investigação criminal e atos de polícia judiciária no âmbito das Casas Legislativas. Ação penal. Jurisdição e competência. Atos processuais e prova. Prisão, medidas cautelares, liberdade provisória e habeas corpus.

Legislação penal especial aplicada à atividade policial: interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996), organizações criminosas (Lei nº 12.850/2013), prisão temporária (Lei nº 7.960/1989), crimes de racismo (Lei nº 7.716/1989), Estatuto da Criança e do Adolescente, crimes hediondos, Juizados Especiais Criminais, crimes de tortura, Código de Trânsito Brasileiro, Estatuto do Idoso, Estatuto do Desarmamento, Lei Maria da Penha, Lei de Drogas e crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019). Noções gerais de criminalística aplicadas à preservação do local e à atuação policial. Registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm (Lei nº 10.826/2003 e suas alterações).

Direitos humanos (aplicados à atividade policial): Conceito, evolução e sistemas de proteção dos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Direitos humanos na atuação policial legislativa: legalidade, proporcionalidade, uso progressivo da força, respeito à dignidade da pessoa humana e responsabilidade funcional.

Informática (aplicada à atividade policial legislativa): Conceitos básicos de hardware e software. Redes de computadores, internet, intranet e internet das coisas. Sistemas operacionais Windows (8.1 e 10) e sistemas móveis (Android e iOS). Navegadores de internet. Correio eletrônico institucional. Ferramentas de edição de textos, planilhas e apresentações. Uso profissional de mídias sociais. Noções de sistemas de gestão de documentos eletrônicos e segurança da informação no ambiente institucional.

Direito digital (aplicado à segurança institucional): Proteção de dados pessoais, privacidade da informação e limites legais da atuação policial. Responsabilidade de provedores, usuários e empresas. Quebra de sigilo telemático e requisitos legais. Redes sociais, direitos de personalidade, desinformação, remoção de conteúdo e direito de resposta. Crimes cibernéticos e legislação aplicável: propriedade intelectual de *software*, Lei dos Crimes Cibernéticos, Marco Civil da internet, Direito de Resposta e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com foco na segurança institucional e na atividade funcional.

ANEXO VII
CRONOGRAMA DAS PROVAS E PUBLICAÇÕES

Evento	Datas Previstas
Período das Inscrições (exclusivamente via internet).	12/01/2026 a 02/02/2026
Período da solicitação de isenção do pagamento do valor da inscrição (exclusivamente via internet).	12/01/2026 a 16/01/2026
Divulgação dos resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento do valor da inscrição, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas.	23/01/2026
Prazo para interposição de recursos quanto ao indeferimento do pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição.	26/01/2026 a 27/01/2026
Divulgação dos requerimentos de isenção deferidos e indeferidos, após análise de recursos, no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas.	30/01/2026
Data limite para envio do Laudo Médico pelos candidatos com deficiência.	02/02/2026
Último dia para pagamento do valor da inscrição.	03/02/2026
Divulgação das solicitações deferidas quanto às condições específicas e às vagas reservadas (pessoas com deficiência, negros e indígenas) no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas.	20/02/2026
Prazo para interposição de recursos quanto às vagas reservadas e solicitações específicas.	23/02/2026 a 24/02/2026
Divulgação das respostas dos recursos das solicitações deferidas quanto às condições específicas e às vagas reservadas (pessoas com deficiência, negros e indígenas) no <i>site</i> da Fundação Carlos Chagas.	05/03/2026
Publicação do Edital de Convocação para a Prova Objetiva e envio do Cartão Informativo.	20/03/2026
Aplicação da Prova Objetiva.	29/03/2026
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva a partir das 17 horas.	30/03/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva - CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	28/04/2026
Vista da Folha de Resposta da Prova Objetiva - CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	29/04/2026 a 30/04/2026
Prazo para interposição de recurso quanto ao Resultado Preliminar da Prova Objetiva - CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	29/04/2026 a 30/04/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva – CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	06/05/2026
Vista da Folha de Resposta da Prova Objetiva - CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	07/05/2026 a 08/05/2026
Prazo para interposição de recurso quanto ao Resultado da Prova Objetiva - CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	07/05/2026 a 08/05/2026
Publicação do Resultado da Provas Objetiva, após recurso - CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	14/05/2026
Aplicação da Prova Prática - LIBRAS para o Cargo de Técnico Legislativo – Tradução de Libras.	23/05/2026
Aplicação da Prova Prática – TAF para o Cargo de Técnico Legislativo – Polícia Legislativa.	24/05/2026

Evento	Datas Previstas
Publicação do Resultado da Prova Objetiva, após recurso. - CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	08/06/2026
Publicação do Resultado Preliminar das Provas Práticas – TAF e LIBRAS.	15/06/2026
Prazo para interposição de recurso quanto ao Resultado Preliminar das Provas Práticas – TAF e LIBRAS.	16/06/2026 a 17/06/2026
Realização da Comissão de Heteroidentificação – CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	16/06/2026 a 17/06/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Comissão de Heteroidentificação - CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	25/06/2026
Prazo para interposição de recurso quanto ao Resultado Preliminar da Comissão de Heteroidentificação – CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	26/06/2026 a 29/06/2026
Publicação do Resultado Preliminar das Provas Práticas – TAF e LIBRAS, após recurso.	07/07/2026
Realização da Comissão de Heteroidentificação – CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	13/07/2026 e 14/07/2026
Publicação do RESULTADO FINAL – CARGOS SEM PROVA PRÁTICA.	15/07/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Comissão de Heteroidentificação - CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	21/07/2026
Prazo para interposição de recurso quanto ao Resultado Preliminar da Comissão de Heteroidentificação – CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	22/07/2026 a 23/07/2026
Publicação do RESULTADO FINAL – CARGOS COM PROVA PRÁTICA.	05/08/2026

Obs: CRONOGRAMA SUJEITO À ALTERAÇÃO

Demais datas de outras fases serão definidas posteriormente.

Os demais itens do referido Edital nº 01/2025 de Abertura de Inscrições, permanecem inalterados.

Campo Grande/MS, 23 de janeiro de 2026

Dra. MARLENE FIGUEIRA DA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora